



SCIENTIA
instituto



**PESQUISAS E INOVAÇÕES EM CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS
MULTIDISCIPLINARES NO SÉCULO XXI, VOL 2**

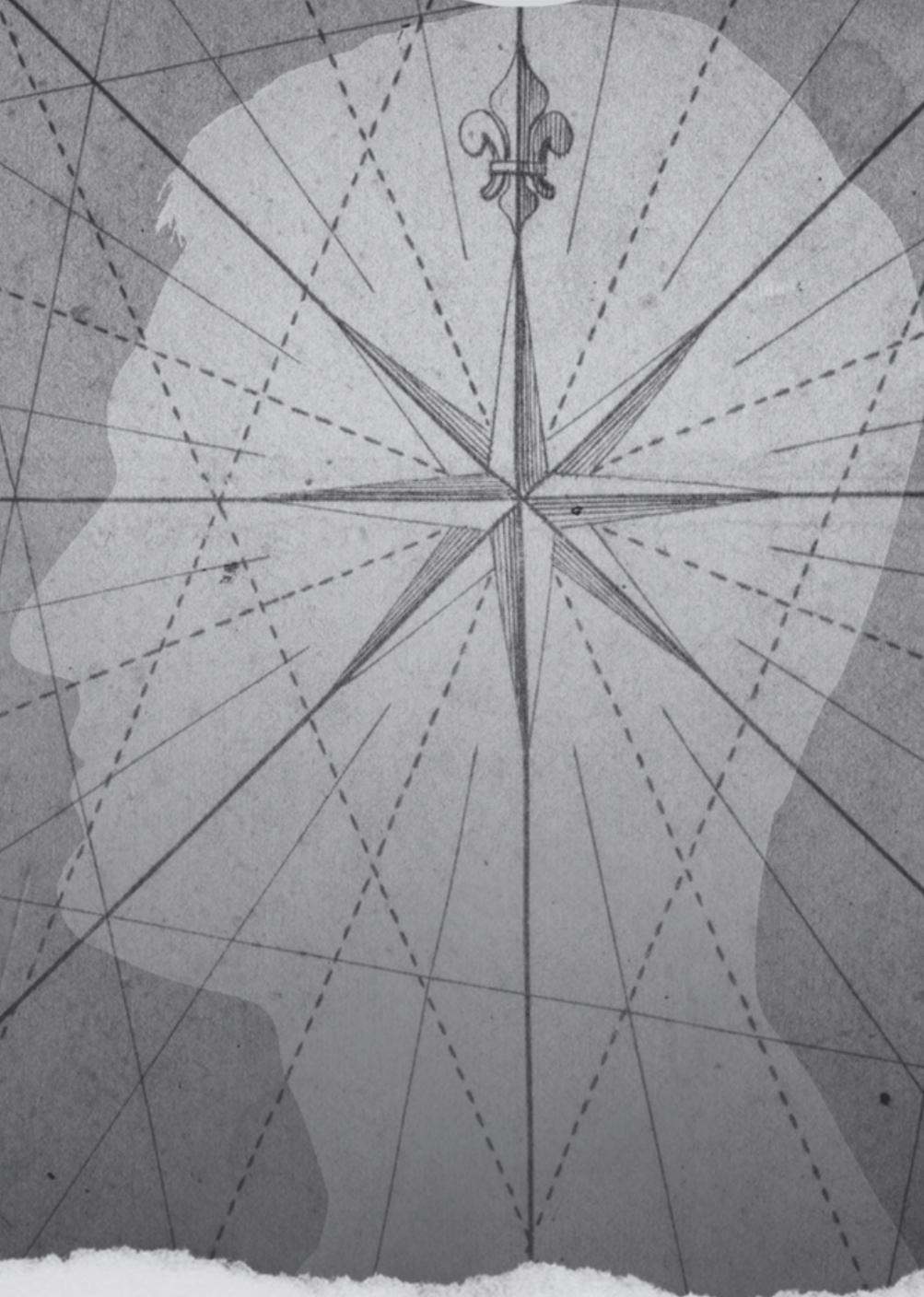
Organizador - Daniel L. S. Braga

DOI 10.55232/10830012

ISBN: 978-65-85047-09-8



SCIENTIA
instituto



**PESQUISAS E INOVAÇÕES EM CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS
MULTIDISCIPLINARES NO SÉCULO XXI, VOL 2**

Organizador - Daniel L. S. Braga

DOI 10.55232/10830012

ISBN: 978-65-85047-09-8

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2

Copyright 2022 © Instituto Scientia

(CNPJ 43957433000142)

Todo conteúdo exposto nos capítulos é de responsabilidade dos próprios autores.

Organizador

Daniel L. S. Braga

Corpo Editorial

George Luiz Nérís Caetano
Edson Da Silva De Oliveira
Maria Daniela Vieira Da Silva
Ediane Teles de Matos
Adilson dos Santos
Leonardo Souza De Oliveira
Maria Aparecida Das Dores
Patrícia Prudente Costa
Isabela Monteiro Naves
Rodrigo Gomes Xavier
Ana Luiza Machado de Santos

www.institutoscientia.com
conato@institutoscientia.com

APRESENTAÇÃO

O presente livro, intitulado “Pesquisa e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2” trata-se de uma coletânea dos artigos científicos acadêmicos multidisciplinares das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com capítulos compostos por diversos autores de todo o Brasil, organizado e publicado pelo Instituto Scientia no ano de 2022 e disponibilizado na internet de forma gratuita, em prol da democratização da ciência.

DOI 10.55232/10830012

ISBN 978-65-85047-09-8

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do Instituto Scientia. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega por membros do Corpo Editorial deste Evento, tendo sido aprovados para a publicação.

SUMÁRIO

Capítulo 1 - O CEJUC-PI COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA E GARANTIA DE LIBERDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DA SOCIEDADE PIAUIENSE - Página 11

Capítulo 2 - TRANSTORNO SENSÓRIO MOTOR: O OLHAR DE UMA MÃE EDUCADORA - Página 31

Capítulo 3 - OBRA DE ARTE: POR UM DIÁLOGO COM WALTER BENJAMIN, NORBERT ELIAS E MARTIN HEIDEGGER - Página 39

Capítulo 4 - UEM CIANORTE E A COMUNIDADE - ENGAJADAS PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - Página 56

Capítulo 5 - IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA O ESTADO DO PIAUÍ: A IGREJA COMO PONTO DE PARTIDA PARA FORMAÇÃO CIDADINA - Página 103

Capítulo 6 - DESENHO ANIMADO E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS - Página 130

Capítulo 7 - ALTERNATIVAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ESTUDO NA ALTA DOS CASOS, A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL - Página 140

Capítulo 8 - PIBID: AS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 - Página 154

Capítulo 9 - REFLEXÕES SOBRE A ECOLOGIA DE SABERES: CAMINHO PARA MUDANÇAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DOCENTES - Página 167

Capítulo 10 - ALGORITMOS RACIAIS E A SUA OCORRÊNCIA NO RECONHECIMENTO FACIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA COMO ENTRAVE AOS DIREITOS HUMANOS - Página 181

Capítulo 11 - O TRABALHO DO TELEATENDIMENTO NAS EMPRESAS DE CALLCENTER EM TEMPOS DE COVID-19 - Página 195

Capítulo 12 - O DIA EM QUE A ESCOLA MUDOU DE LUGAR: DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA - Página 210

Capítulo 13 - COLONIALIDADE DO DIREITO: PROPRIEDADE PRIVADA, MULHER E NATUREZA NA SOCIEDADE PATRIARCAL - Página 215

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2

Capítulo 14 - BARREIRAS ESTRUTURAIS PARA A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: BUSCA PELA ACESSIBILIDADE - Página 240

Capítulo 15 - PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE INOVAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO CAPF/UERN - Página 256

Capítulo 16 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - Página 274

Capítulo 17 - ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO NA SAÚDE MENTAL - Página 289

Capítulo 18 - AS COTAS TÊM GARANTIDO O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO? - Página 299

Capítulo 19 - CULTURA PUNITIVISTA NA JURISDIÇÃO UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENCARCERAMENTO E SEUS REFLEXOS SOCIAIS - Página 313

Capítulo 20 - O PENSAMENTO AGOSTINIANO SOBRE A NATUREZA DO BEM, DO AMOR E AS ESSENCIALIDADES DA SUA PRÁTICA - Página 318

Capítulo 21 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA PENITENCIÁRIA MAJOR ELDO SÁ CORREA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A DINÂMICA DO ENSINO APOSTILADO - Página 354

Capítulo 22 - INDICADORES PRIVADOS INTERNACIONAIS E ORDENS JURÍDICAS NACIONAIS: REGULAÇÃO PRIVADA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS - Página 360

Capítulo 23 - EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE - Página 369

Capítulo 24 - A CONEXÃO NECESSÁRIA ENTRE O DESENVOLVIMENTO PLENO E A ÉTICA - Página 382

Capítulo 25 - DISCURSO, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA EM “UM DEFEITO DE COR”, DE ANA MARIA GONÇALVES - Página 393

Capítulo 26 - “ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DO POVOADO CUTIAS III EM MATINHAMA: UMA EXPERIÊNCIA DE SUPERAÇÃO PELA VIA DA EDUCAÇÃO POPULAR - Página 408

Capítulo 27 - MEDIAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA: O DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA A ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM RECIFE – PE - Página 428

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2

Capítulo 28 - AS PRÁTICAS MÁGICAS NO COMBATE DE DOENÇAS. - Página 455

Capítulo 29 - CRIME CIBERNÉTICO CONTRA A MULHER: A EXPOSIÇÃO DA MULHER NA MÍDIA ATRAVÉS DOS CRIMES E A LEI 13.718/18 - Página 463

Capítulo 30 - TRABALHO COM A SEQUÊNCIA DIDÁTICA E O GÊNERO LISTA - Página 479

Capítulo 31 - NOVOS DESAFIOS DO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA - Página 488

Capítulo 32 - PORTFÓLIO COM TECNOLOGIA DIGITAL: UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA - Página 501

Capítulo 33 - A EFETIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO QUE TANGE A SEGURANÇA COLETIVA E A SUA DEPENDÊNCIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA - Página 510

Capítulo 34 - A LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL EM RONDONÓPOLIS: PROJETO LIVROS QUE DÃO ASAS - Página 528

Capítulo 35 - AFETIVIDADE - Página 536

Capítulo 36 - REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA - Página 539

Capítulo 37 - POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL E O TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR: REFLEXÕES NO CENÁRIO DE PANDEMIA DE COVID-19 - Página 546

Capítulo 38 - PARA TUDO: ATIVISMO – E ARTIVISMO? – DIGITAL DE GÊNERO E POLÍTICAS DE VISIBILIDADES JUVENIS NO BRASIL - Página 563

Capítulo 39 - O MOTORISTA POR APLICATIVO NA PANDEMIA - Página 579

Capítulo 40 - ASPECTOS RELIGIOSOS E ÉTICOS DA MORTE EM VÁRIAS CULTURAS - Página 593

Capítulo 41 - A INCLUSÃO NO OLHAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - Página 610

Capítulo 42 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: A MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL, ENTRE A INVISIBILIDADE POLÍTICA E A IDENTIDADE SOCIAL EM CONSTRUÇÃO - Página 622

Capítulo 43 - DA CONSCIENTIZAÇÃO A PRESERVAÇÃO: ABELHAS SEM FERRÃO NO COTIDIANO ESCOLAR - Página 638

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2

Capítulo 44 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ESCOLAS RURAIS: VIVÊNCIAS DE ATIVIDADES ADAPTADAS DA SITUAÇÃO DE ESTUDO NO ENSINO DE CIÊNCIAS - Página 652

Capítulo 45 - A ÉTICA E A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Página 666

Capítulo 46 - MODERNIDADE LÍQUIDA. UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE PESQUISAS SOBRE ORGANIZAÇÃO E TRABALHO - Página 680

Capítulo 47 - A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO - MEU PRIMEIRO EMPREGO - Página 682

Capítulo 48 - A IMPORTÂNCIA DO PPP NA ESCOLA DEMOCRÁTICA - Página 684

Capítulo 49 - PLANO DIRETOR E A PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS - Página 686

Capítulo 50 - CULTIVANDO O SABER: IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA EDUCATIVA NA ESCOLA ESTADUAL COMENDADOR MÁRIO DEDINI - Página 688

Capítulo 51 - DIREITO E A JUSTIÇA NA PERSPECTIVA CONTRATUALISTA - Página 690

Capítulo 52 - RECURSOS TECNOLÓGICOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA EM RIO BRANCO- ACRE. - Página 692

Capítulo 53 - OS BENEFÍCIOS DE UMA ATIVIDADE MUSICAL DE QUÍMICA PARA A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL - Página 694

Capítulo 54 - BIODIGESTORES INTELIGENTES: GERAÇÃO TECNOLÓGICA DE BIOGÁS E BIOFERTILIZANTES ATRAVÉS DA CO-DIGESTÃO DE BIOMASSA LIGNOCELULÓSICA E BACTÉRIAS ÁCIDO LÁTICAS (BAL) - Página 696

Capítulo 55 - A IMPORTÂNCIA DAS 4C'S (PENSAMENTO CRÍTICO, CRIATIVIDADE, COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO) NA EDUCAÇÃO EM CENÁRIO DE IA (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL) NO SETOR PÚBLICO - Página 698

Capítulo 56 - COMPORTAMENTO NO DESCARTE PÓS-CONSUMO DE CELULARES NA PERSPECTIVA DA ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE - Página 699

Capítulo 57 - BIOMASSA COMO SOLUÇÃO AGRÍCOLA E DE ENERGIA - Página 701

Capítulo 58 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS AULAS REMOTAS EM TEMPO DE PANDEMIA - Página 703

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2

Capítulo 59 - EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICAS NA TURMA DO 2º ANO CMEB PROFª LÍVIA LORENE BUENO MAIA - Página 705

Capítulo 60 - A SUBJETIVAÇÃO DO MACHISMO PELA MULHER: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA? - Página 706

Capítulo 61 - RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NA PANDEMIA - Página 708

Capítulo 62 - LITERATURA E MULTILETRAMENTOS: NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER NA CONTEMPORANEIDADE - Página 710

Capítulo 63 - PROJETO TOCA GUARUS: ENSINO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E PRÁTICA INSTRUMENTAL COLETIVA - Página 712

Capítulo 64 - O CONTROLE DAS FAKE NEWS ELEITORAIS EM SERGIPE - Página 713

Capítulo 65 - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO RACISMO E À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA - Página 715

Capítulo 66 - DESPERTANDO O OLHAR EMPREENDEDOR EM ESTUDANTES DE QUÍMICA: VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA - Página 717

Capítulo 67 - APLICAÇÃO DE UMA ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO TRATAMENTO DE ABUSO DE ÁLCOOL - Página 719

Capítulo 68 - “PIBID EM GEOGRAFIA NOS TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS” - Página 721

Capítulo 69 - INFLUENCIADORES OU INFLUENCIADOS: UM ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA SOB A ÓPTICA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO - Página 723

Capítulo 70 - CASSAÇÃO DE WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES: BREVES CONSIDERAÇÕES - Página 725

Capítulo 71 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Página 727

Capítulo 72 - A COLETA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS NO ÂMBITO DA INTERNET POR MEIO DE FONTES ABERTAS - Página 729

Capítulo 73 - AÇÕES INTERDISCIPLINARES NO CUIDADO DE GESTANTES NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - Página 730

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2

Capítulo 74 - PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA RUA PEDRO ALVARES CABRAL. - Página 732

Capítulo 75 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EJA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ESTADO DA BAHIA. - Página 735

Capítulo 76 - COMPLIANCE E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DA ABORDAGEM RESPONSIVA À GOVERNANÇA - Página 737

Capítulo 77 - A IMPLEMENTAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA NA BAIXADA FLUMINENSE - Página 739

Capítulo 78 - CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DAS BICAS PÚBLICAS DE OLINDA: SÃO PEDRO, QUATRO CANTOS E ROSÁRIO - SISTEMA COLONIAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA - Página 741

Capítulo 79 - Gestão de mudanças: Estudo de caso da empresa Cresça Mais - Página 752

Capítulo 80 - AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 – Página 764

Capítulo 81 – SENTIDOS NA VISÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR – Página 777

Capítulo 82 – QUANDO A DUALIDADE DO PAEBES DENUNCIA A FARSA DO BÔNUS DESEMPENHO – Página 790

Capítulo 83 – O VOO DO PÁSSARO DE FOGO: A DUALIDADE DO IDEB DO MUNICÍPIO DE CARIACICA-ES – Página 811

Capítulo 84 – HISTO É GEOGRAFIA: UM PROJETO INTERDISCIPLINAR SOBRE A SERRA DO ABONARI, RODOVIA FEDERAL BR 174, KM 202 – Página 835

Capítulo 85 – ECONOMIA CRIATIVA: UMA ABORDAGEM INTEGRADORA DA REVISÃO DA LITERATURA. – Página 844

Capítulo 86 – VISÕES REGENERATIVAS INTEGRANDO HUMANOS E A NATUREZA – Página 850

Capítulo 70 - DOI:10.55232/10830012.70

**CASSAÇÃO DE WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES:
BREVES CONSIDERAÇÕES**

Paulo César de Souza

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais por maioria cassou os mandatos de William Parreira Duarte e Paulo Telles da Silva em 12/07/2022. De acordo com a inicial, o recorrido na condição de Prefeito, passou a determinar, a partir de agosto/2020, a realização de obras de urbanização em terrenos particulares, com abertura de ruas em imóveis individuais, em benefício de grupos determinados de eleitores integrantes dos mesmos grupos familiares. Foi reconhecida no bojo dos autos a litispendência parcial com o processo Pje nº 0600984-79.2020.6.13.0351 Ação de Investigação Judicial Eleitoral ajuizada em 14 de novembro de 2020, pela Coligação Confiança do Desenvolvimento e Antônio Pinheiro Júnior A justiça de primeira instância “aquo” julgou o pedido improcedente por entender que os motivos levados nos autos não seriam suficientes ao ponto de cassar os mandatos da chapa vencedora. Não obstante, o Tribunal por maioria reformou a sentença de primeiro grau. Ao recorrente caberia, no entendimento do Egrégio Tribunal o ônus processual de comprovar não a ilegalidade das obras, que a máquina pública foi movimentada pelos recorridos com desvio de finalidade, objetivando favorecer a campanha de William Parreira e Paulo Telles, em detrimento da normalidade, da legitimidade e da igualdade do pleito, a partir da utilização de recursos públicos para beneficiar determinada parcela do eleitorado. Compreende a Colenda Corte Eleitoral da procedência do pedido, decorre a cassação do mandato eletivo, com base em prova de fatos que caracterizem a prática de abuso de poder econômico, ao abuso de poder político, corrupção ou fraude. entre os meses de julho a dezembro do ano eleitoral de 2020, foi comprovado nos autos que a Prefeitura de Ibitité, a partir de convênio firmado com o CDL, distribuiu, no âmbito do Programa Habitar, benefício social em forma de repasse de recursos financeiros a, pelo menos, 641 pessoas, excluindo-se os benefícios que foram repassados em janeiro de 2021. No caso dos autos, considerando esse parâmetro de análise do fato imposto pela LC nº 64/90, pelo que a diferença no resultado na votação não deve ser parâmetro para a verificação da ilicitude da conduta. Nessa esteira houve a concentração da destinação dos recursos nos meses anteriores à data do pleito - mais de 90% dos recursos. Em análise aos acontecimentos no município de Ibitité/MG, as normas eleitorais, como visto, surgem a partir da elaboração das fontes formais pelo órgão competente, as limitações ao direito de votar e ser votado embasa nos princípios norteadores da CR/88 da moralidade e probidade considerada a vida pregressa do indivíduo.

Palavras-chave: Eleições. Ibitité. Prefeito.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Relator designado Juiz Guilherme Doehler. Processo n° 0600001-46.2021.6.13.0351, Recurso Eleitoral [Ibirité/MG] Ano 2022, n° 131. Disponibilizado em 22.07.2022. Publicação do Acórdão em 25.07.2022

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.. Diário da Justiça Eletrônico. Ano: 2022, n° 138. Proc. n° 0600002-31.2021.6.13.0351 Disponibilização em 01.08.2022. Publicação em 02.08.2022. pp- 22-24

SOUZA, Paulo César de. Política, saúde pública e as eleições 2022. Estudos avançados em Direito Público e Direito Privado Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 em Itatiaia/RJ e a resolução n° 1201/2021. O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo Ponta Grossa: Aya, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 e a resolução 23669/2021. Diálogos em direito. São Paulo: Opção, 2022.

Capítulo 71 - DOI:10.55232/10830012.71

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL**

Paulo César de Souza e Natalia Regina Pinheiro Queiroz

No final do ano de 2020, foi aprovada na Câmara de Vereadores de Ibirité e sancionada pelo chefe do Executivo, a Lei nº 2.294/2020, que estimou as receitas e fixou as despesas do orçamento fiscal do município para o exercício de 2021. O valor geral foi estimado em R\$ 416.155.018,12 sendo destinado aos respectivos órgãos: Gabinete e Secretária do Prefeito, as despesas correntes foram R\$ 633.935,10; Secretaria de Planejamento R\$ 4.792.948,40; Secretaria de Desenvolvimento Social R\$ 3.886.223,50; Esporte Cultura e Lazer R\$ 3.232.917,70; Procuradoria-Geral R\$ 3.461,998,00; Secretaria de Administração 14.416.943,50; Secretaria de Educação R\$ 97.300.286,90; Secretaria de Fazenda R\$ 5.629.901,90; Secretaria de Obras e Urbanismo R\$ 11.475.528,00); Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (SEMAS) R\$ 26.569.412,90; Secretaria de Saúde R\$ 118.695.230,00; Instituto de Previdência dos Servidores de Ibirité - R\$ 20.179.832,50; Câmara Municipal R\$ 8.014,000,00; Controladoria-Geral do Município R\$ 505.071,50. A referida lei municipal foi editada para cumprir as exigências da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi instituída para estabelecer um manual de conduta aos gestores públicos, alinhada em padrões internacionais de boa governança. A probidade e a conduta ética do gestor público como deveres jurídicos positivados passam a ser o núcleo da gestão fiscal responsável, voltada para a boa fé na coisa pública. Através dela, introduz-se uma nova cultura na Administração Pública brasileira, baseada no planejamento, na transparência, no controle e equilíbrio das contas públicas e na imposição de limites para determinados custos e para o endividamento. A partir da lei, confere-se maior efetividade ao ciclo orçamentário, por regular e incorporar institutos na lei orçamentária periódica e na lei de diretrizes orçamentárias, voltadas para o atingimento das metas estabelecidas no plano plurianual. Impõe-se a cobrança dos tributos constitucionalmente atribuídos aos entes federativos para garantir sua autonomia financeira e estabelecem-se condições na concessão de benefícios, renúncias e desonerações fiscais. Obriga-se a indicar o impacto fiscal e a respectiva fonte de recursos para financiar aumentos de gastos de caráter continuado, especialmente em se tratando de despesas de pessoal. Fixam-se limites para a ampliação do crédito com vistas ao controle e redução dos níveis de endividamento. E criam-se sanções de diversas naturezas em caso de descumprimento de cláusulas. Preleciona Alexandre Mazza (2021, p. 1726) a LRF foi promulgada com a finalidade de regulamentar a redação do artigo 163 da CR/88, segundo o qual disporá sobre operação de câmbio realizada por órgãos e entidades dos entes incluindo os Municípios; emissão e resgate de dívida pública; fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; finanças públicas entre outros. Nesse sentido, a LRF possui natureza jurídica de lei nacional, em repercussão simultânea aos entes: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como, às administrações públicas diretas e indiretas. Um dos conceitos técnicos relevantes utilizado

pela LRF é o de receita líquida, assim apontada como a soma das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas, deduzidos: a) os valores definidos como repartição de receitas entre as entidades federativas; b) o montante arrecadado com as contribuições sociais (arts. 195, I e II, e 239 da CR/88). A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades (art. 2º, § 3º, da LRF). Para Alexandre Mazza (2021, p. 1735) adotando as bases do sistema orçamentário estabelecido pelo art. 165 da CR/88, a LRF cria regras a respeito dos três tipos de leis orçamentárias existentes no Brasil: a) Plano Plurianual (PPA); b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); c) Lei Orçamentária Anual (LOA). Mais importante do que instituir toda uma nova

Palavras-chave: Administração, Município, Executivo

Referências Bibliográficas:

IBIRITÉ. Lei Municipal nº 2.294/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do município de Ibirité para o exercício de 2021. Disponível em:< https://www.camaraibirite.mg.gov.br/docs/legislacao/LEI_2294.pdf > acesso em: 30 de julho de 2022.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.